

Ato na Câmara repudia PL 4330



Ato reúne dirigentes de 14 sindicatos, quatro centrais, Contraf-CUT, Federação dos Bancários de SP e MS, Dieese e Justiça do Trabalho

O Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que propõe regular a terceirização do trabalho, foi enfaticamente repudiado durante ato público realizado no último dia 28 no plenário na Câmara dos Vereadores de Campinas. Para o economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Leandro Horie, o PL 4330 legaliza a precarização do trabalho, beneficia tão somente as empresas. Em 2012, segundo estudo do Dieese, 25,8% da força de trabalho formal era terceirizada; o que representa 12,2 milhões de trabalhadores. No que se refere aos salários, esse exército de explorados recebia 21% a menos que os trabalhadores contratados de forma direta. “A terceirização resulta também em maiores rotatividade e jornada”, destacou Leandro Horie. Segundo ele, com jornada normal, baseada em acordos coletivos, seriam criados 800 mil novos postos de trabalho. Horie destacou ainda que a terceirização fragmenta a atividade sindical.

Para a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região (Campinas), Eleonora Bordini Coca, o PL 4330 rompe com um dos pilares da Súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que é a proibição em terceirizar a chamada atividade-fim. A citada Súmula 331 é hoje a única regulação existente e permite a terceirização da atividade meio-especializada. A exceção são os serviços de limpeza e vigilân-

cia. “O PL 4330 não prevê a responsabilidade solidária, apenas mantém a subsidiária prevista na Súmula 331 do TST. É o pior dos mundos. O mais duro golpe sobre os direitos trabalhistas”, ressaltou Eleonora Bordini Coca. Para o vice-presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra 15), Luis Rodrigo Fernandes Braga, a responsabilidade solidária é “importante, decisiva. O PL 4330 fragmenta o poder de negociação dos trabalhadores. E acontece num momento, digamos, de pleno emprego. O Brasil precisa deixar de ser o país do agronegócio. Temos que ser um país que produza alta tecnologia. Produzir aqui e não lá fora”.

Já o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, chamou atenção para a estratégia dos empresários, que é a de disseminar vários projetos de lei sobre o mesmo tema no Congresso Nacional. “Temos centrado fogo contra o PL 4330; o que impediu até agora que tramitasse livremente. Porém, o Senado também debate o PLS 87/2010. No último dia 13, numa manobra regimental, impedimos que a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) votasse o ‘clone’ do PL 4330. E, no último dia 20, a CCJ aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando audiência pública, ainda sem data marcada. O capital, a cada ciclo, tenta se reinventar para reduzir custos. O movimento sindical tem como papel combater todo projeto que propõe redu-



André von Zuben, vereador e diretor do Sindicato, propôs ato contra o PL 4330. Abaixo, o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, na tribuna

zir direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, construir alternativas. É preciso manter as conquistas e ampliar os direitos”. Deise Recoaro, que representou a Contraf-CUT, elogiou a iniciativa da Câmara e ressaltou que o “debate tem que estar na boca do povo. A experiência mostra que a terceirização nunca veio para melhorar a vida do trabalhador”.

André propôs ato

O ato público contra o PL 4330 foi proposto pelo vereador e diretor do Sindicato, André von Zuben. Inclusive no último dia 11 a Câmara aprovou moção de protesto contra o PL, proposta também pelo vereador André.

Após a abertura, apresentação de vídeo sobre o tema produzido pela Anamatra. Em seguida, o advogado Nilo Beiro, do escritório LBS, que presta assessoria ao Sindicato, expôs o PL 4330 em detalhes e as mudanças no mundo do direito do trabalho. Na sequência, falas dos convidados.

O ato contou com a participação de 14 sindicatos (incluindo os bancários de Campinas, Rio Claro e Sorocaba), as centrais sindicais CUT (representada por Marcelo Fiori), Força Sindical, CTB e CGTB, Contraf-CUT (representada por Deise Recoaro), Federação dos Bancários de SP e MS (representada por Reginaldo Breda), Dieese e subsede Campinas da CUT.

O Projeto de Lei 4330/2004 é de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) e tramitava na Co-

missão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) na versão do substitutivo apresentado pelo deputado federal Artur Maia (PMDB-BA). No momento está na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), que pode redistribuir para outras comissões ou remeter à votação no plenário da Câmara dos Deputados. Se for aprovado como está, autoriza a terceirização em qualquer etapa do processo produtivo seja do setor público (inclusive fere o princípio constitucional do concurso público), seja do setor privado, rural ou urbano, desde que a empresa seja unicamente considerada especializada. Quer dizer, no mesmo espaço de trabalho, onde realiza a mesma atividade, uma parte dos trabalhadores terá mais direitos que a outra. Estará criado assim, de pronto, num passe de ‘mágica’ dois tipos de trabalhador: o de primeira e o de segunda classe. Sem falar que os correspondentes bancários estarão isentos da exigência de especialização para a condição de prestação de serviços terceirizados.



Fórum paritário debate condições de trabalho

O Fórum Paritário sobre Condições de Trabalho na Caixa Federal se reuniu, pela primeira vez, no dia 27 de novembro passado. Conquista da Campanha deste ano, o Fórum vai discutir temas como estrutura física e suporte operacional das agências, número de empregados por unidade, jornada e assédio moral. O diretor do Sindicato, Carlos Augusto (Pipoca), participou da reunião.

Os sindicatos cobraram mais investimentos para o setor de logística, com a ampliação do quadro de empregados. Os sindicatos observaram que não pode haver desfalque no quadro das agências em funcionamento para a abertura de novas unidades. As próximas reuniões do Fórum serão realizadas no dia 17 deste mês de dezembro e no dia 21 de janeiro de 2014.

Sindicato apoia Chapa 130 para Conselho de Administração

Nesta semana (entre os dias 2 e 6) será realizado o segundo turno da eleição para representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Federal. A diretoria do Sindicato apoia a Chapa 130, formada por Fernando Neiva (titular) e Maria Rita Serrano (suplente), que venceu o primeiro turno da eleição, realizada entre os dias 11 e 18 de novembro passado. Reafirme o seu voto na Chapa 130.

Sindicato dos Bancários CUT
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO
PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA
JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIR GIMENEZ (MTB 13.683)
DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA
IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES
SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.
FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602
CLUBE: (19) 3251-3718
SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869
AMPARO: (19) 3807-6164
MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993
SJB VISTA: (19) 3622-3514
INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES
FILIAÇÃO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

BB quer crescer a qualquer custo ao criar novo Banco Postal

Depois de alterar o estatuto da subsidiária Cobra para BB Tecnologia e Serviços, sinalizando ampliar o processo de terceirização, e elevar a participação estrangeira em seu capital, de 20% para 30% (no final de outubro passado), o Banco do Brasil, em parceria com os Correios, anunciou no último dia 25 a criação de uma nova instituição financeira para explorar os serviços no Banco Postal. O novo BP deixará de ser um mero correspondente bancário – o modelo atual, já explorado pelo Bradesco, “restringe” a ampliação dos negócios. O BB quer um leque maior de operações como seguros, outras linhas de crédito, capitalização, cartões pré-pagos e consórcios. Tudo em nome de “mais sinergia e eficiência à operação”, como informa o comunicado da instituição pública.

Sem terceirização.

Emprego decente

Ao vencer o leilão dos Correios em

2011 e iniciar as atividades do Banco Postal em janeiro de 2012, o BB estimou em 10 milhões de novos clientes em cinco anos; até momento, foram abertas 2,2 milhões de contas correntes. Como não abocanhou a clientela do Bradesco, o BB tenta agora reinventar o Banco Postal, criar um Banco dentro do Banco, com alguns ‘decisivos’ ajustes. Se antes e até o momento o BP do BB funcionava e funciona apenas nas seis mil agências dos Correios e como correspondente bancário, a partir da criação da nova instituição financeira, o Banco do Brasil Correios vai atuar também nas agências franqueadas. Os novos negócios e a tão sonhada ampliação da base de clientes serão materializados, concretizados? Com a palavra, a turma do Dida.

Aos sindicatos cabem entrar nessa discussão – a conclusão dos estudos deve ocorrer no segundo semestre de 2014 – e defender firmemente

os direitos dos trabalhadores do ramo financeiro. Ou seja, quem faz serviço bancário deve receber os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), firmada entre os sindicatos bancários e a Fenaban; e, no caso do BB, os direitos assegurados no Aditivo. “Essa luta, vale lembrar, não se limite apenas em pressionar o BB a abrir negociação. É uma luta que também deve ser travada – aliás, como está – no Congresso Nacional, onde tramita o PL 4330, que propõe regular a terceirização dos serviços, legalizar o correspondente bancário. E mais: queremos sinergia entre remuneração, condições dignas de trabalho e qualidade de vida”, avalia o presidente do Sindicato, Jeferson Boava.

Nova lei: A criação do novo Banco Postal tem como base a Lei 12.490/2011, que permite à ECT (Correios) participar de empresas e desenvolver serviços financeiros.

JORNADA DE LUTA

CUT protesta contra alta dos juros, em frente ao BC

A CUT e demais centrais sindicais realizaram na manhã do último dia 26 ato de protesto contra a alta dos juros, em frente à sede do Banco Central, em Brasília. O Comitê de Política Monetária (Copom), reunido no mesmo dia, aumentou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, que passou para 10% ao ano.

Durante o ato, os dirigentes sindicais exigiram a redução da Selic, a queda de tarifas e de juros bancários



Aguinaldo Azevedo

e a regulamentação do sistema financeiro. “Juro alto só atende a especulação financeira, desestimula a produção, o investimento público.

Lutamos pelo desenvolvimento econômico, com garantia de trabalho e distribuição de renda. Lutamos por melhores condições de vida para a classe trabalhadora”, destaca o presidente do Sindicato, Jeferson Boava (foto), que participou do ato.

O ato em frente ao BC é parte da luta deflagrada pelas centrais sindicais no último dia 12, quando os trabalhadores foram às ruas exigir o fim do fator previdenciário e a correção da tabela do imposto de renda.

SAÚDE

Fenaban vai disponibilizar dados de adoecidos

A Fenaban concordou em disponibilizar os dados referentes aos afastamentos de bancários para tratamento de saúde, superiores a 15 dias, durante a segunda reunião do Grupo de Trabalho (GT) sobre Adoecimento, no último dia 28. “Após muita cobrança, finalmente os sindicatos terão acesso aos dados dos afastados (benefícios previdenciários B31, B91

e B94), além das aposentadorias por invalidez”, esclarece o diretor de Saúde do Sindicato, Gustavo Frias, que participou da reunião do GT. Segundo ele, os dados a serem analisados são: motivo do afastamento, função, faixa etária, tempo de Banco, sexo e local de trabalho. A Fenaban, ainda segundo o diretor de Saúde do Sindicato, vai repassar os dados das

seguintes praças: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Salvador, Florianópolis, Porto Alegre, BH, Recife e Fortaleza. O Comando Nacional dos Bancários terá os dados em mãos na primeira semana de fevereiro de 2014. Após análise do grupo técnico do Comando (Fundacentro, Dieese e profissionais da área médica), será marcada nova reunião do GT.

GT analisa dados de assistência médica e fundos de pensão de incorporados

Sindicato quer solução imediata para problemas no Economus

Reunidos no Grupo de Trabalho para discutir Cassi e Previ para todos, no último dia 27, os dirigentes sindicais tiveram acesso a diversos dados referentes aos planos de assistência médica e dos fundos de previdência complementar dos funcionários oriundos dos Bancos incorporados; entre eles, a Nossa Caixa. As informações fornecidas pelo BB, a partir de agora, vão embasar os debates no GT (composto de forma paritária), que é uma conquista da Campanha 2013 e está assegurada no acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que participou da reunião como representante da Federação dos Bancários de SP e MS, o GT representa um avanço porque tem como papel construir alternativas visando a integração de todos os planos. “Porém, enquanto o GT busca equacionar essa histórica reivindicação, é preciso solucionar de forma rápida os problemas vivenciados no Economus. A integração da rede e o custeio de medicamentos, por exemplo, não podem esperar pela conclusão final do GT”, ressalta o pre-



Jeferson Boava, presidente do Sindicato, na reunião do GT Cassi e Previ para todos, em Brasília

sidente do Sindicato. Segundo ele, o representante do BB no GT, o diretor da Diref, Carlos Néri, assumiu compromisso em analisar o pleito relativo ao Economus.

Após avaliação dos dados repassados aos sindicatos, o GT volta a se reunir; a data ainda não foi definida.

Mérito: acerto neste mês de dezembro

O Banco do Brasil informou aos sindicatos que o acerto da pontuação de mérito dos caixas (1,0 ponto por dia, retroativo a 1º de setembro de

2006), que ocorreria em novembro, será efetuado neste mês de dezembro. Quanto às faltas (código 308) dos dias de luta contra o Plano de Funções, o estorno já deveria ter sido efetuado, com crédito na folha de novembro último. Caso algum funcionário permaneça ainda com o 308 e sem o crédito, deve informar o Sindicato.

Os sindicatos cobraram do BB o estorno das faltas dos dias de luta contra o Plano de Funções (código 308) sobre a PLR do primeiro semestre; paga com valor menor.

SANTANDER

Vice-presidente nega demissões em massa

Reunidos com os sindicatos no último dia 28, em São Paulo, o vice-presidente executivo sênior do Santander, José Paiva, responsável pela área de Recursos Humanos, negou a existência de um programa de demissões em massa. Segundo ele, as recentes demissões fazem parte de um processo “natural” dentro de qualquer grande empresa.

O vice-presidente assumiu compromisso em repassar aos sindicatos os números referentes ao planejamento da instituição até 2016, incluindo os dados dos bancários afastados para tratamento de saúde (veja matéria sobre o GT de afastamentos na página 2). José Paiva destacou que o Santander está investindo nos funcionários, realizando cursos, promoções e realinhando cargos e funções. “Os dados prometidos serão repassados em nova reunião com os sindicatos, sem data marcada”, informa o diretor do Sindicato e integrante da Co-

missão de Organização dos Empregados (COE), Cristiano Meibach. Em sua avaliação, a reunião foi positiva. “Abrimos um novo canal de negociação”, destaca Cristiano.

Reunião do CRT

O Comitê de Relações Trabalhistas (CRT) voltou a se reunir no último dia 27, a segunda reunião no período de oito dias, mas os representantes do Santander não apresentaram nenhuma proposta para equacionar os problemas apontados pelos sindicatos; o mais recente refere-se às mudanças unilaterais no plano de saúde dos funcionários e aposentados, com exceção da Cabesp.

Planos de Saúde: O Santander vai alterar a forma de cobrança dos planos de saúde. Atualmente os valores são definidos com base na faixa salarial. A partir de janeiro de 2014, as contribuições serão calculadas com base na faixa etária. Essas alterações unilaterais vão encarecer os planos para

os funcionários na ativa e praticamente vai inviabilizar a manutenção do convênio para os aposentados. Os sindicatos reivindicaram a suspensão das mudanças e abertura de negociação. O Santander concordou em realizar uma reunião específica neste dia 4 de dezembro.

Metas: Os sindicatos denunciaram que a cobrança de metas dos caixas permanece ativa, mesmo com o comunicado do Santander divulgado em julho último, orientando os gestores sobre o assunto. O banco espanhol assumiu compromisso em reforçar a orientação.

SantanderPrevi: Os sindicatos cobraram a retomada do Grupo de Trabalho sobre o processo eleitoral do órgão.

Saúde: Os sindicatos reivindicaram ainda a retomada do Fórum de Saúde e Condições de Trabalho. O Santander vai apresentar as datas das reuniões até sexta-feira, dia 6.

Tire suas dúvidas

Adoção: licença-maternidade

Pergunta: A mãe adotante tem direito à licença-maternidade? E em caso de falecimento da mãe biológica ou adotante, é estendido o período da licença ao pai?

Resposta: Em recente alteração tanto da CLT, quanto da Lei 8.213/91 (Lei da Previdência Social), que se deu a partir da promulgação da Lei 12.873/2013, encerrou a disparidade que existia entre a licença maternidade para as mães biológicas e mães adotantes, e ainda, foi estendido o mesmo direito ao cônjuge/companheiro das mães em caso de seu falecimento.

Com a promulgação da Lei 12.813/2013, em 25 de outubro de 2013, as diferenças que pairavam entre as mães biológicas para com as mães adotivas restaram findadas, pois referida Lei trouxe alteração não apenas para a CLT, mas também para a Lei da Previdência Social (Lei 8.213/91), trazendo a seguinte redação ao artigo 71-A da Lei “**Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período do 120 (cento e vinte) dias**”.

Ainda, além da brilhante alteração na redação do artigo 71-A da Lei 8.213/91, a recente Lei 12.873/2013 incluiu um novo parágrafo ao artigo 392-A da CLT e mais dois artigos, o **392-B** e **392-C**, que traz novos direitos tanto ao cônjuge/companheiro da mãe biológica, quanto ao da mãe adotante em caso de seu falecimento.

Assim, a promulgação da Lei 12.873/2013 além de igualar o direito à percepção de licença-maternidade sem prejuízo da remuneração tanto para a mãe biológica, quanto para a mãe adotiva por 120 dias, também trouxe nova regra destinada aos cônjuges/companheiros dessas mães (art. 392-B da CLT), sendo que em caso de falecimento da mãe, seja ela biológica ou adotante, o cônjuge/companheiro tem direito à licença maternidade por todo o período ou pelo tempo restante que a mãe teria direito se essa fosse viva, garantindo assim “o bem estar familiar como um todo”.

Nilo Beiro
advogado do Departamento
Jurídico do Sindicato



Paulo Pape

Encontro elege Coletivo Nacional de Mulheres

O 3º Encontro Nacional de Mulheres Bancárias, promovido pela Contraf-CUT entre os dias 25 e 27 últimos no Instituto Cajamar, localizado na cidade de nome idêntico, próxima à capital de São Paulo, aprovou e elegeu o primeiro Coletivo de Mulheres.

Formado por duas representantes de cada Federação de Bancários, o Coletivo tem como papel debater e for-

mular políticas para às questões de gênero no sistema financeiro nacional. A diretora do Sindicato, Elisa Ferreira (foto), que participou do Encontro, integra o Coletivo. É a primeira vez que a categoria bancária cria um Coletivo Nacional de Mulheres. O debate sobre gênero era realizado até agora na CGROS (Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual), mas não em caráter orgânico.

CAMPANHA

16ª Conferência será em julho de 2014

O Comando Nacional dos Bancários, reunido no último dia 26 em Brasília, avaliou a Campanha 2013 e definiu a data da 16ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, que será em São Paulo entre os dias 25 e 27 de julho de 2014.

Para o Comando, a unidade da categoria foi decisiva para construir a forte greve de 23 dias, que resultou em conquistas econômicas e sociais. "O Comando entende que a categoria deve permanecer mobilizada para garantir avanços nas negociações permanentes com os Bancos e nas mesas temáticas com a Fenaban", destaca o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que participou da reunião do Comando Nacional dos Bancários.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.106.480/0001-70, Registro Sindical nº 006.132.02541-7, por seu presidente abaixo assinado, tendo em vista o disposto no artigo 2º da Portaria 373 de 25 de fevereiro de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, convoca todos os empregados do ITAÚ UNIBANCO S.A., ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A, BANCO ITAÚ BBA S.A., BANCO ITAUCARD S.A., HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A., BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S.A., sócios e não sócios desta entidade de classe, da base territorial dos municípios de Campinas, Aguiar, Águas de Lindóia, Águas da Prata, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Cabreúva, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Jaguariúna, Lindóia, Louveira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Morungaba, Monte Mor, Monte Alegre do Sul, Nova Odessa, Pedreira, Paulínia, Santo Antonio do Jardim, Santo Antonio de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, para assembleia geral extraordinária que se realizará dia 05/12/2013 às 18:00h, em primeira convocação, e às 18:30h, em segunda convocação, na sede da entidade, à Rua Ferreira Penteado, nº 460, Centro, Campinas/SP para autorizar a diretoria a proceder à renovação do acordo coletivo de trabalho sobre sistema alternativo eletrônico de controle de jornada com vigência de 01 ano, bem como delegar poderes para tanto.

Campinas, 02 de dezembro de 2013
Jeferson Rubens Boava - Presidente



Sindicato dos Bancários de Campinas e Região

farmácia dos Bancários

Rua Ferreira Penteado, 460, Centro - Campinas /SP

super Ofertas

Promoções válidas de 25/11/13 a 24/01/2014.

BB cream Loreal RS 35,71 por apenas RS 25,00	Cicatricure Kit Peeling RS 140,72 por apenas RS 98,50	Anthelios AC fps 30 RS 76,86 por apenas RS 53,80	Neutrog.Ultra light hidr.facial RS 45,72 por apenas RS 32,00
Minesol Oil Control fps 70 RS 87,14 por apenas RS 61,00	Nivea Sun fps 50 200ml RS 54,14 por apenas RS 37,90	Episol color fps 30 RS 72,86 por apenas RS 51,00	Effaclar gel limpeza 150ml RS 52,86 por apenas RS 37,00
Loreal Revitalift T.R 10 RS 71,29 por apenas RS 49,90	Suavié sab. liq.140ml RS 56,00 por apenas RS 39,20	Spectraban compact fps 39 RS 105,72 por apenas RS 74,00	Coppertone Kids fps50 200ml RS 48,57 por apenas RS 34,00
Redermic C UV 40ml RS 217,15 por apenas RS 152,00	Linolen(Nutrilatina) 120 caps RS 87,86 por apenas RS 61,50		

Allestra 20 de RS 19,99 por apenas 14,99	Elani 28 de RS 50,25 por apenas 37,69	Femiane 21cpr de RS 32,10 por apenas 24,08	Harmonet 21cpr de RS 24,32 por apenas 18,24	Minulet 21cpr de RS 33,79 por apenas 25,34	Yaz de RS 60,49 por apenas 45,37
Belara de RS 35,25 por apenas 26,44	Elani ciclo de RS 37,67 por apenas 28,25	Gestinol 28 de RS 35,93 por apenas 26,95	Iumi 24cpr de RS 39,83 por apenas 29,87	Qlaira 28cpr de RS 42,41 por apenas 31,81	Yasmin de RS 60,49 por apenas 45,37
Cerazette 28cpr de RS 33,73 por apenas 25,30	Eyra 3 adesivos de RS 76,17 por apenas 57,13	Gracial 22cpr de RS 34,32 por apenas 25,74	Mercilon 21cpr de RS 33,95 por apenas 25,46	Siblima 24cpr de RS 24,19 por apenas 18,14	
Diminut 21cpr de RS 26,60 por apenas 19,95	Femina 21cpr de RS 20,99 por apenas 15,74	Gynera 21cpr de RS 28,92 por apenas 21,69	Mercilon conti 28cpr de RS 33,95 por apenas 25,46	Tamisa 30 sem parar de RS 65,35 por apenas 49,01	

Tudo em 2 vezes, sem juros: cheque 30/60 dias.

Cartões Visa e Mastercard em 3 vezes

Ligue: (19) 3731-2688

www.bancarioscampinas.org.br

Rua Ferreira Penteado, 460, Centro - Campinas /SP
seeb.cps@bancarioscampinas.org.br